

9. *um governo descentralizado*: as organizações centralizadas devem descentralizar-se, transformando hierarquias e organogramas pesados em times de trabalho, colegiados, administração participativa (interna e externa), equipes de cooperação gerentes-servidores, círculos de qualidade e programas de desenvolvimento funcional;

10. *um governo que alavanque mudanças através do mercado*: os governos precisam pensar não somente em termos de atingir seus fins através do estabelecimento de políticas públicas, mas também intervindo no mercado. Para isto precisam contar com a participação do setor privado/não-lucrativo no atendimento à saúde, na restauração de áreas degradadas da cidade etc.

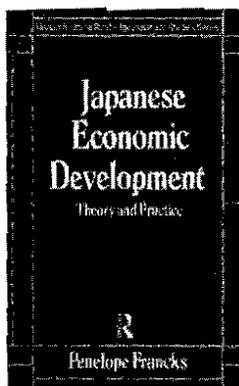
Para finalizar, algumas considerações de caráter global poderiam ser feitas, especialmente no que tange aos aspectos administrativo, político e econômico.

Primeiramente, no que tange especificamente ao estilo de administrar proposto pelo livro baseado em conceitos emergentes no mundo empresarial. Conceitos como qualidade, empreendedorismo, foco no cliente, redução de níveis hierárquicos, administração participativa, dentre outros, estão revolucionando grandes e pequenas empresas. Costuma-se questionar o grau de inovação contido nestas proposições, muitas das quais são um *remake* de conceitos clássicos. Porém, o fato é que algo está acontecendo, tornando estas proposições concretizáveis, hoje. O livro em questão tem o mérito de discutir conceitos emergentes no pensamento administrativo da atualidade tendo como referência empírica a administração pública, o que, certamente, já é uma contribuição.

A nível político, a proposta em questão pode ser acolpada com facilidade a formas de gestão política mais democrática e eficiente, já que a população deve controlar grande parte da prestação de serviços públicos. Porém, pode-se questionar se o modelo proposto objetiva um Estado mais democrático e eficiente ou, apenas, uma estratégia de Estado mínimo, com a retirada deste de grande parte de suas funções tradicionais.

A nível econômico, principalmente quando se pensa na possibilidade de se transpor este tipo de modelo para o Brasil, por exemplo, pode-se pensar nas dificuldades de, em situação de grave crise econômica, estimular o setor privado e o chamado terceiro setor (setor não-lucrativo: organizações não-governamentais, fundações, associações religiosas, de classe, filantrópicas etc.) a investir mais na área social.

É, por fim, lembrar que a sociedade americana é fortemente organizada, a burocracia na administração pública é profissionalizada, fato que, juntamente com a participação dos corpos de voluntariado, pode ajudar a explicar o sucesso do modelo em inúmeras administrações locais.



JAPANESE ECONOMIC DEVELOPMENT: THEORY AND PRACTICE

de **PENELOPE FRANCKS**

Nissan Institute, Routledge, 1992 (Routledge Japanese Studies Series), 288 p.

por **Gilmar Masiero**, Doutorando em Administração na EAESP/FGV.

A série de estudos japoneses do Instituto Nissan/Routledge (produzidos pelo primeiro e editados pelo segundo) procura nos dizer de seu editor "*desenvolver uma informada e balanceada – mas não sem crítica – compreensão do Japão*".

Entre os vários objetivos da série, destaca-se o interesse em mostrar com um certo grau de profundidade a variedade de práticas, idéias e instituições japonesas. Através de estudos comparativos, a série procura desvendar quais lições podem ser assimiladas e aplicadas em outros países em via de desenvolvimento.

Acadêmicos e homens de negócio do mundo todo já perceberam e discutem a influente presença do modelo japonês no Leste e Sudoeste Asiático. Modelo este que aparece como alternativa viável de desenvolvimento econômico contrário aos já cansados modelos e teorias neoclássicas, marxistas ou mesmo estruturalistas dependentistas.

Efícazes em maior ou menor grau, modelos e idéias são aplicados em diferentes regiões geográficas e produzem diferentes resultados. Resultados surpreendentes foram alcançados pelo Japão, que ao longo de uma geração presenciou mudanças econômicas numa velocidade jamais vista na história econômica mundial. De uma sociedade caracteristicamente rural até a Segunda Grande Guerra, o Japão hoje nada mais é que 124,2 milhões de pessoas com renda *per capita* (US\$ 25.430) superada somente pela Suíça (US\$ 32.790) e Filândia (US\$ 26.070), com as menores taxas de desemprego (2,2%) e os maiores índices de escolaridade do mundo (99% de alfabetização).

É a história deste resultado, que não dispensou e não dispensa a necessidade de trabalho árduo e extensivo (2.159 horas/ano – na Alemanha, a título de comparação, são somente 1638 horas), que a economista Penelope Francks, atualmente docente na Uni-

versidade de Leeds, apresenta aos leitores de língua inglesa, em um livro muito bem estruturado. Após uma introdução geral, onde procura situar o assunto dentro do sempre difícil, quando não indefinível, campo do desenvolvimento econômico ou mais amplamente de estudos sobre o desenvolvimento, apresenta sua contribuição subdividida em três partes com introdução e conclusão em cada uma delas. Na primeira parte discute: "Estratégias de Desenvolvimento e o Papel do Estado"; na segunda, "Agricultura e Desenvolvimento Econômico"; e, na terceira, "Industrialização: tecnologia, trabalho e desenvolvimento da estrutura industrial japonesa". No final do livro, procura em poucas páginas reagrupar as principais idéias desenvolvidas em cada uma das partes, a título de conclusão geral. Apresenta ainda pequeno glossário e algumas referências para maiores estudos.

O livro destina-se a todos os interessados em estudos sobre o desenvolvimento, aos políticos, economistas, historiadores e administradores. A estes últimos, a terceira parte subdividida em três itens: "Mudança técnica e crescimento industrial", "A emergência de uma força de trabalho industrial", e "Industrialização e a estrutura da indústria" são de indispensável leitura.

Aos estudiosos do desenvolvimento e formadores de políticas governamentais, como também os mais aficionados com debates ideológicos sobre "o papel do Estado", a primeira parte do livro contribui de forma exemplar tanto a nível teórico quanto prático. Através da exemplificação de casos concretos nas indústrias têxtil e naval, a autora procura demonstrar a forte participação do Estado nos primórdios da industrialização japonesa.

Especial atenção é dada ao período da Restauração Meiji, sem "cortes" do período anterior, pois é nele que o objetivo da industrialização – para alguns da modernização ou do desenvolvimento via industrialização – primeiramente buscado pelo Estado, é em parte transferido para a iniciativa privada, levando, de uma maneira ou de outra, à formação de um tipo de desenvolvimento industrial peculiar a um dos poucos países não colonizados do mundo.

Na criação, divulgação e efetivação da industrialização como objetivo nacional, destaca-se o início de uma complexa relação entre o público e o privado, característica da sociedade japonesa que "a venda das empresas do governo nos anos 80 do século passado estreitou as ligações informais entre a burocracia e os empreendedores privados que desenvolveram a maior parte da indústria".

Este processo, da virada do século até os anos da Segunda Grande Guerra, vivenciou grande desenvolvimento em outros setores da economia e os casos das indústrias metalúrgica e automobilística são ilustrados, como no caso das indústrias anteriormente citadas,

após a análise teórica dos principais modelos macroeconômicos e das políticas industriais implementadas.

O esforço de síntese das principais teorias e modelos econômicos contrastados com casos reais é realizado pela autora com grande acuidade e riqueza de dados. Com a exceção de alguns poucos teóricos que analisam as "etapas do desenvolvimento econômico" nos anos 60 e 70 do presente século, são raros os autores que buscam na história econômica dos atuais países desenvolvidos exemplos práticos, isto é, concretos, para maior compreensão e estudo das economias em desenvolvimento.

Através da integração de diferentes áreas de estudos da ciência econômica com o estudo de casos de indústrias particulares, a autora procura mostrar que "contrariamente aos pressupostos do modelo padrão, de nenhuma maneira foi o desenvolvimento econômico o único objetivo perseguido pelo Estado e muitas das ações da burocracia no campo econômico foram ditadas, por exemplo, por considerações estratégicas e militares ou por mudanças políticas dentro do governo. Por isso o Estado emerge, na melhor das hipóteses, como um entre muitos atores do estágio econômico, reagindo para e por sua vez influenciando o modelo de atividade econômica, na busca de diferentes, e não necessariamente consistentes, objetivos em cada caso individual, contrariamente a mão monolítica dirigindo movimentos na direção do consenso baseado em objetivos nacionais".

Movendo-se dentro de uma estrutura de pensamento político-econômico que vai do mais puro apelo neoclássico do livre-mercado até o completo planejamento da atividade econômica pelo estado como proprietário dos meios de produção, Penelope Francks procura enriquecer, não sem criticá-la, uma terceira abordagem – a do estado desenvolvimentista – atualmente muito utilizada no estudo da experiência japonesa e dos demais processos de desenvolvimento de economias "retardatárias", "periféricas", "subdesenvolvidas", "em desenvolvimento" ou mais genericamente das economias do "Terceiro Mundo".

A acuidade de interpretação teórica e a riqueza de informações apresentadas na primeira parte do livro repetem-se na segunda e terceira partes, tornando a leitura e reflexão de todo o conteúdo do livro tarefa indispensável a todas as pessoas "preocupadas" com os problemas relacionados ao desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo. Recomenda-se sua leitura e discussão não só pela importância da temática em questão e pelo brilhantismo com que a mesma foi elaborada neste livro, mas também pela luta da autora expressa em sua última frase: "É o fracasso daqueles que estudam estas sociedades em explicar para um mundo mais amplo como suas diferentes características têm surgido fora de históricas combinações econômicas, políticas e de forças sociais que este livro tem tentado, em seu próprio limitado campo, combater".